



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL  
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL – 5ª REGIÃO

**TERMO DE TRANSAÇÃO INDIVIDUAL**

**- PLANO DE RECUPERAÇÃO FISCAL -**

DAS PARTES

A UNIÃO, apresentada nesse ato pelos Procuradores da Fazenda Nacional subscritores, habilitados nos termos do art. 131 da Constituição da República e da Lei Complementar nº 73/1993, e o devedor(es) abaixo qualificado(s):

1. Qualificação do devedor:

Nome	JETLOG SERVIÇOS LTDA
CNPJ	11.169.431/0001-00
Endereço	Rua Cachoeira, 663, Galpão 0002, Imbiribeira, Recife/PE, CEP 51.200-040

2. Qualificação dos representantes, corresponsáveis, administradores e terceiros garantidores, se for caso:

Nome	PEDRO BENTO BEZERRA JUNIOR
CNPJ	
Endereço	

assistido por seu(s) advogado(s), doravante denominado(s) DEVEDOR(ES), com fundamento no art. 190 do Código de Processo Civil e na Portaria PGFN nº 9.917/2020,

CONSIDERANDO que a legislação estimula a solução consensual dos conflitos (CPC, art. 3º, §2º);

CONSIDERANDO que a Constituição da República assegura a todos a razoável duração do processo e os meios que garantam celeridade em sua tramitação (CR, art. 5º, LXXVIII);

CONSIDERANDO que dentre os princípios regentes da Administração Pública está a eficiência (CR, art. 37, caput);

CONSIDERANDO que as partes processuais devem agir com boa-fé e cooperarem mutuamente para que as demandas postas para análise do Poder Judiciário cheguem a bom termo;



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL  
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL – 5ª REGIÃO

FIRMAM a presente TRANSAÇÃO INDIVIDUAL, contendo plano de recuperação fiscal com a descrição dos meios para a extinção dos créditos inscritos em dívida ativa da União e por meio do qual fica acertado que:

DO OBJETO

CLÁUSULA 1ª. A presente TRANSAÇÃO INDIVIDUAL busca a extinção de todos os débitos inscritos em dívida ativa da União contra o DEVEDOR, quais sejam:

CDA	PA	Situação	Valor Atualizado(09/2020)
40 7 19 002645-95	10136 395316/2019-13	ATIVA EM COBRANCA	R\$ 10.996.543,36
40 6 19 008122-26	10136 395318/2019-02	ATIVA EM COBRANCA	R\$ 50.756.682,69
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 61.753.226,05</b>

§1º. A adesão será feita na modalidade de transação individual prevista pela Portaria nº 9.917/2020.

§2º O(s) DEVEDOR(ES) e responsáveis indicados no presente Termo declaram que, durante o cumprimento da transação, não alienará(ão) bens ou direitos sem proceder à devida comunicação à Fazenda Nacional.

CLÁUSULA 2ª. As partes identificadas no presente termo de transação confessam de forma irrevogável e irretratável a dívida objeto da presente TRANSAÇÃO INDIVIDUAL, **cujos débitos inscritos em dívida ativa estão relacionados acima**, bem como admitem a existência de interesse comum nos fatos geradores das referidas inscrições, em relação às quais se obrigam solidariamente, assumindo a corresponsabilidade passiva pelos débitos.

PARÁGRAFO ÚNICO. A confissão do *caput* produz os efeitos do art. 174, parágrafo único, IV, do Código Tributário Nacional, servindo para interromper e suspender o prazo prescricional em relação a todos os débitos objeto do acordo, enquanto vigente a presente transação, a cada pagamento efetuado.

DO PLANO DE RECUPERAÇÃO FISCAL – TRANSAÇÃO INDIVIDUAL

CLÁUSULA 3ª. O plano de recuperação fiscal aqui tratado será formalizado pelo DEVEDOR, até 30.09.2020, através do Sistema REGULARIZE, mediante adesão à modalidade de TRANSAÇÃO INDIVIDUAL, cujo pagamento da dívida se dará no número máximo de 84 (oitenta e quatro) parcelas iguais, após aplicação do desconto de 50% (cinquenta por cento), respeitada a limitação do valor do principal da dívida, levando-se em conta [REDACTED] nos



**PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL**  
**PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL – 5ª REGIÃO**

termos que se segue abaixo, conforme extração obtida nos Sistemas de Apoio à Transação da PGFN:

Valor Consolidado da Inscrição	CaPag 60 por Inscrição	% Desconto Efetivo Possível por inscrição	Valor do Desconto Efetivo Possível por inscrição	Saldo a Pagar	Parcela Inicial Mínima
50.712.853,36	4.290,37	50,00%	25.356.426,68	25.356.426,68	301.862,22
10.987.048,34	929,52	50,00%	5.493.524,17	5.493.524,17	65.399,10
<b>61.699.901,70</b>	<b>5.219,89</b>				

\*Valores acima estão atualizados até 08/2020.

§1º. Considerando o disposto no art. 11 da Portaria 9.917/2020, o diferimento do pagamento dos débitos ora concedido, mediante pagamento de parcelas periódicas, suspende a exigibilidade dos créditos transacionados, enquanto perdurar o acordo, de modo que as inscrições incluídas na transação, não constituirão impedimento à emissão de certidão positiva com efeitos de negativa em favor do(s) devedor(es).

§2º. O início da vigência desta transação fica condicionada à formalização do acordo no REGULARIZE e a confirmação do pagamento da primeira parcela por parte do devedor.

§3º. Observe-se que eventual diferença de atualização da dívida no momento da adesão, com relação aos valores acima copiados, não deverá ser óbice à efetivação do presente acordo, ficando o DEVEDOR obrigado ao pagamento do valor indicado pelo Sistema, devidamente corrigido pela SELIC.

**DA ANTECIPAÇÃO DE JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO – CARF**

CLÁUSULA 4ª. O DEVEDOR informa possuir apenas mais um débito fiscal, pendente de recurso especial da PGFN no CARF, consubstanciado no Processo Administrativo nº 16095.720038/2015-15, que também gostaria de incluir nesta transação individual para obtenção dos mesmos descontos deferidos acima, porém por não se encontrar ainda inscrito em DAU, fica excluído do presente acordo, comprometendo-se, contudo, esta Procuradoria-Regional a submeter ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional solicitação formal de preferência no julgamento do recurso em questão junto ao Conselho de Contribuintes – CARF, nos termos do art. 2º, §3º, da Portaria CARF nº 57/2016, a fim de possibilitar a transação desse débito o mais rápido possível.



**PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL**  
**PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL – 5ª REGIÃO**

§1º. O DEVEDOR se compromete, desde já, a formular nova proposta de transação individual, com relação à dívida contida no Processo Administrativo nº 16095.720038/2015-15, independentemente do resultado do julgamento, tão logo se dê o seu trânsito em julgado e inscrição em DAU.

§2º O DEVEDOR realizará a antecipação de pagamentos, a partir da assinatura do presente termo, na conta administrativa da transação individual das inscrições acima mencionadas na cláusula 1ª, no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), atualizados mensalmente pela SELIC, que servirão para amortização e ajuste da parcela global a ser paga, quando julgado o recurso administrativo pendente e transacionado esse débito remanescente .

§3º. A transação individual será solicitada e deferida, assim que inscrito em DAU o débito administrativo referido no parágrafo primeiro deste artigo, no número máximo de 84 (oitenta e quatro) prestações e o desconto concedido dependerá da capacidade de pagamento do devedor/rating da dívida, calculada consoante informações previstas no art. 21 da Portaria PGFN 9.917/2020, à época da inscrição.

§4º. O compromisso do DEVEDOR em realizar a transação do débito referido no parágrafo primeiro independe do resultado do julgamento do recurso fazendário no CARF, concordando com a transação desde já na forma do parágrafo terceiro, ainda que restabelecida a majoração da multa aplicada e consequentemente aumentado o valor do débito a ser transacionado.

§5º. Caso no momento da transação de novos débitos, sobretudo o débito pendente de julgamento no CARF (Processo Administrativo nº 16095.720038/2015-15), a capacidade de pagamento permita a concessão do mesmo percentual de desconto da transação dos débitos da cláusula primeira, os novos débitos serão inseridos, através de revisão, na mesma conta de transação e, juntamente com os valores pagos à título de antecipação, servirão para efetuar ajuste da parcela global a ser paga.

§6º. Caso no momento da transação de novos débitos, sobretudo o débito já conhecido pendente de julgamento no CARF (Processo Administrativo nº 16095.720038/2015-15), a capacidade de pagamento não permita a concessão do mesmo percentual de desconto da transação dos débitos da cláusula primeira, os valores pagos à título de antecipação serão utilizados na conta de transação já existente e o DEVEDOR efetuará nova transação para os novos débitos observando a capacidade de pagamento do devedor/rating da dívida, calculada consoante informações previstas no art. 21 da Portaria PGFN 9.917/2020, à época da inscrição, passando a efetuar pagamentos imediatamente.

§7º. O ajuste da parcela global em decorrência da revisão para inserção de novos débitos na conta de transação nos termos do parágrafo quinto desta cláusula poderá implicar no surgimento de parcelas em atraso, comprometendo-se o DEVEDOR a regularizar no mesmo mês da revisão.

§8º. Eventual descumprimento do compromisso pelo DEVEDOR em formalizar a transação de novos débitos não implicará na restituição dos valores pagos a título de antecipação.





**PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL**  
**PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL – 5ª REGIÃO**

**DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PATRIMONIAIS DO DEVEDOR**

Art. 5º. Compromete-se o DEVEDOR a fornecer, no ato de assinatura do presente termo de transação, as seguintes informações:

I - as demonstrações contábeis relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de:

- a) balanço patrimonial;
- b) demonstração de resultados acumulados;
- c) demonstração do resultado desde o último exercício social;
- d) relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção;
- e) descrição das sociedades de grupo societário, de fato ou de direito.

II - a relação nominal completa dos credores, inclusive aqueles por obrigação de fazer ou de dar, com a indicação do endereço de cada um, a natureza, a classificação e o valor atualizado do crédito, discriminando sua origem, o regime dos respectivos vencimentos e a indicação dos registros contábeis de cada transação pendente;

III - a relação de bens e direitos de propriedade do requerente, no país ou no exterior, com a respectiva localização e destinação, com apresentação de laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos, subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada;

IV - os extratos atualizados das contas do devedor e de suas eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive em fundos de investimento ou em bolsas de valores, no país ou no exterior, emitidos por instituições financeiras ou equiparadas, a exemplo de bancos de qualquer espécie, distribuidora de valores mobiliários, corretoras de câmbio e de valores mobiliários, sociedades de crédito, financiamento e investimentos, sociedades de crédito imobiliário, administradoras de cartões de crédito, sociedades de arrendamento mercantil, administradoras de mercado de balcão organizado, cooperativas de crédito, associações de poupança e empréstimo, bolsas de valores e de mercadorias e futuros, entidades de liquidação e compensação, instituições de microcréditos, seguradoras, sociedades de capitalização, entidades de previdência privada, gestoras de recursos, empresas de fomento comercial, empresas de factoring ou outras sociedades que, em razão da natureza de suas operações, assim venham a ser consideradas pelo Conselho Monetário Nacional;

V - descrição das operações realizadas com as instituições descritas no inciso anterior, inclusive operações de crédito com ou sem garantias pessoais, reais ou fidejussórias, contratos de alienação ou cessão fiduciária em garantia, inclusive cessão fiduciária de direitos creditórios ou de recebíveis;

VI - relação dos bens particulares dos controladores, administradores, gestores e representantes legais do sujeito passivo e o respectivo instrumento, inclusive cotas e participações em empresas ou fundos, discriminando a data de sua aquisição, o seu valor atual estimado e a existência de algum ônus, encargo ou restrição de penhora ou alienação, legal ou convencional, neste último caso com a indicação da data de sua constituição e das pessoas a quem favoreça;



**PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL  
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL – 5ª REGIÃO**

VII - a relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais em que este figure como parte, de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados;

VIII - declaração de que o sujeito passivo ou responsável tributário, durante o cumprimento do acordo, não alienará bens ou direitos sem proceder à devida comunicação à Fazenda Nacional;

IX - declarar que não alienou ou onerou bens ou direitos com o propósito de frustrar a recuperação dos créditos inscritos ou reconhecer a alienação ou oneração com o mesmo propósito.

### DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO DA TRANSAÇÃO INDIVIDUAL

CLÁUSULA 6ª. Implicará rescisão da presente transação:

I - o descumprimento das condições, das cláusulas, das obrigações ou dos compromissos assumidos;

II - a constatação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, de ato tendente ao esvaziamento patrimonial do devedor como forma de fraudar o cumprimento da transação, ainda que realizado anteriormente a sua celebração;

III - a decretação de falência ou de extinção, pela liquidação, da pessoa jurídica transigente;

IV - a comprovação de prevaricação, de concussão ou de corrupção passiva na sua formação;

V - a ocorrência de dolo, de fraude, de simulação ou de erro essencial quanto a pessoa ou quanto ao objeto do conflito;

VI - a inobservância de quaisquer disposições previstas na Lei de regência da transação ou no edital.

### DA CERTIDÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 205/206 CTN

CLÁUSULA 7ª. As inscrições incluídas nesta TRANSAÇÃO INDIVIDUAL não constituirão impedimento à emissão de certidão negativa ou de certidão positiva com efeitos de negativa em favor do devedor, desde que cumpridos os requisitos previstos nos artigos 205 e 206 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional).

### DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 8ª. A TRANSAÇÃO INDIVIDUAL produzirá efeitos desde a sua assinatura, devendo o(s) DEVEDOR(ES) promover as medidas necessárias ao seu integral cumprimento.

Parágrafo único. Rescindida a transação, será retomada a exigibilidade dos débitos, com ajuizamento das respectivas execuções fiscais e a prática dos demais atos executórios para recuperação do crédito.



**PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL**  
**PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL – 5ª REGIÃO**

CLÁUSULA 9ª. O(s) DEVEDOR(ES) se obriga(m) a apresentar suas situação econômico-financeira, por meio de demonstrações de resultados, anualmente, por meio do balanço contábil apurado ou, sempre que a PGFN reputar oportuno, por meio de documentos e informações complementares com a demonstração do resultado do exercício.

CLÁUSULA 10. A celebração da presente transação não dispensa o recolhimento das obrigações tributárias correntes devidas pelo(s) DEVEDOR(ES), nem mesmo o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal.

CLÁUSULA 11. Cessarão os efeitos desta transação se, a qualquer tempo, houver descumprimento de suas cláusulas ou, ainda, se, nos termos do art. 190, parágrafo único, do Código de Processo Civil, o Poder Judiciário, em controle da validade do acordo, recusar-lhe aplicação.

PARÁGRAFO ÚNICO. Na hipótese da presente transação ser declarado parcialmente nula, a parte não nula será preservada em todos os seus efeitos.

CLÁUSULA 12. A presente transação não interfere em quaisquer outras inscrições no CADIN, Cadastro de Inadimplentes com o FGTS ou qualquer outro cadastro restritivo, alheias ao objeto do presente acordo, porventura supervenientes.

Firmam as partes o presente para que produza os efeitos desejados.

Recife, 23 de setembro de 2020.

ALEXANDRE DE ANDRADE  
FREIRE  
Procurador-Regional da Fazenda  
Nacional da 5ª Região

JETLOG SERVIÇOS LTDA  
Pedro Bento Bezerra Junior

CECÍLIA BEZERRA DE MELLO  
LEMO RABELO  
Procurador-Chefe da Dívida Ativa –  
PDA Substituta

JETLOG SERVIÇOS LTDA  
Advogado – Aristides José Cavalcanti  
Batista  
OAB/PE nº 3.887

BRUNO DIAS ALVES DA SILVA  
Procurador-Chefe da Divisão de  
Assuntos Fiscais – DIAFI